

PROJETO DE LEI 2424 DE 2020

Dispõe sobre a concessão de linha especial de crédito para profissionais liberais, que atuem como pessoa física, durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

EMENDA ADITIVA

“Altera as Leis no 13.999, de 18 de maio de 2020, que institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para o desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios, para instituir linha de crédito para profissionais liberais e Representantes Comerciais, que atuem como pessoa física, durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.....”

Dê-se a seguinte redação ao Projeto de Lei 2424/2020, incluindo o Representante Comercial nesta, bem como no Capítulo 2-A e no artigo 3º-A:

Art. 3º-A Os profissionais liberais e **Representantes Comerciais**, assim entendidos e devidamente registrados nos seus respectivos Conselhos Regionais, para fins dessa lei, aquelas pessoas físicas que exercem, por conta própria, atividade econômica com fins lucrativos, tanto de nível técnico, nível superior, **quanto definidos pela Lei 4886/65**, poderão contratar operações de crédito garantidas pelo Pronampe nas seguintes condições:

JUSTIFICATIVA

Considerando que a Organização Mundial da Saúde declarou em 11.03.2020 a caracterização do quadro de pandemia em razão à disseminação do novo coronavírus denominado Sars-Cov-2, e que as autoridades governamentais da República Federativa do Brasil, vêm, no uso de suas prerrogativas, recomendando uma série de medidas acautelatórias restritivas

de direitos com o fito de se evitar a propagação da pandemia, bem como o eventual colapso do sistema básico de saúde.

Considerando que em 20.03.2020 o Senado Federal aprovou o decreto de estado de calamidade pública elaborado pelo Presidente da República, que terá vigor até 31.12.2020, tornando indubitável o cenário extraordinário de força maior e os seus graves prejuízos reflexos de natureza sanitária e econômica.

Considerando que o Representante Comercial é uma atividade equiparada a do profissional Liberal principalmente no que condiz a vulnerabilidade, e que são aproximadamente 700.000 profissionais registrados nos Conselhos Regionais de todo o País.

Considerando que a atividade pode ser exercida por pessoa física ou jurídica e que esta última foi agraciada com o referido crédito através da Lei 13 999/2020 com o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), vinculado à Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade (Sepec) do Ministério da Economia, cujo objeto é o desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios, mas o profissional pessoa física não foi contemplado.

Por fim, considerando que os Representantes Comerciais não têm salários fixos, e em virtude da paralisação da economia, encontram-se impedidos de exercer suas atividades e, conseqüentemente, de auferir renda. Pensando nesta categoria profissional e tendo em vista a importância e a relevância socioeconômica desta classe, decidimos elaborar a presente emenda, que tem o intuito de estender ao Representante Comercial pessoa física a linha de crédito concedida no âmbito do PRONAPE.

Solicitamos apoio aos nobres pares para a aprovação desta importante Emenda ao Projeto de Lei nº 2.424, de 2020.

Sala da Comissão, em de de 2020.

Deputado MOSES RODRIGUES